

COEXISTÊNCIA E INCLUSÃO DE ESTUDANTES ESTRANGEIROS EM ESCOLAS PÚBLICAS EM ARICA-CHILE

CONVIVENCIA Y LA INCLUSIÓN DE ESTUDIANTES EXTRANJEROS EN ESCUELAS DE EDUCACIÓN PÚBLICA EN ARICA-CHILE

COEXISTENCE AND THE INCLUSION OF FOREIGN STUDENTS IN PUBLIC EDUCATION SCHOOLS IN ARICA-CHILE



Oscar ROJAS ¹

e-mail: oscar.rojas@umcervantesecontinua.cl



Marlenis MARTÍNEZ-FUENTES²

e-mail: marlenism3@gmail.com



Genaro Moyano ARCOS³

e-mail: genaro31@gmail.com



Jennifer Zurina Quiñonez FUENTES⁴

e-mail: jennifer.quinonez@profe.umc.cl

Cómo hacer referencia a este artículo:

ROJAS, O.; MARTÍNEZ-FUENTES, M.; ARCOS, G. M.; FUENTES, J. Z. Q. Coexistência e inclusão de estudantes estrangeiros em escolas públicas em Arica-Chile. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 28, n. 00, e023041, 2024. e-ISSN: 1519-9029. DOI: <https://doi.org/10.22633/rpge.v28i00.19908>



| **Presentado en:** 07/10/2024

| **Revisiones requeridas en:** 10/11/2024

| **Aprobado en:** 19/11/2024

| **Publicado en:** 18/12/2024

Editor: Prof. Dr. Sebastião de Souza Lemes

Editor Adjunto Ejecutivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Universidade Miguel de Cervantes (UMC), Santiago – Chile. Pós-Doutor em Finanças, Doutor em Economia e Finanças, Doutor em Educação, Mestre em Educação, MBA, Engenheiro Comercial, Bacharel em Administração, Acadêmico, Diretor de Pesquisa e Inovação de Pós-Graduação.

² Universidade Miguel de Cervantes (UMC), Santiago – Chile. Pós-doutorado em Gestão do Conhecimento, Doutor em Ciências da Educação, Mestre em Educação, Menção em Gestão Educacional. Acadêmico, Diretoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação.

³ Universidade Miguel de Cervantes (UMC), Santiago – Chile. Mestrado em Língua e Cultura. Mestre em Gestão Educacional. Licenciatura em Comunicação Social. Jornalista. Acadêmico, Diretoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação.

⁴ Universidade Miguel de Cervantes (UMC), Santiago – Chile. Mestre em Educação Superior com menção em Docência Universitária, Bacharel em Educação Integral, Advogada, Acadêmica, Pós-Graduação em Gestão, Pesquisa e Inovação.

RESUMO: O objetivo deste artigo é determinar a relação entre a convivência e a inclusão de estudantes estrangeiros em escolas públicas da região de Arica, Chile. Utilizou-se um delineamento quantitativo do tipo não experimental e transversal, uma vez que duas variáveis foram trabalhadas em um período específico. A amostra foi composta por 85 diretores pertencentes a 20 escolas públicas da região de Arica-Chile, utilizando um questionário do tipo Likert com vários itens de resposta. Os achados obtidos evidenciaram um sólido compromisso institucional com a inclusão e a convivência escolar. Um progresso significativo é evidente graças à promoção de um clima positivo, à participação ativa de famílias e estudantes na tomada de decisões e à resolução pacífica de conflitos. A implementação de regulamentos, protocolos de acolhimento e abordagens participativas garante processos transparentes, acessíveis e alinhados com as regulamentações nacionais, promovendo a equidade e o respeito à diversidade cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Convivência. Inclusão. Estudantes. Estrangeiro.

RESUMEN: El artículo tiene como objetivo determinar la relación de la convivencia con la inclusión de estudiantes extranjeros en escuelas de educación pública en la región de Arica-Chile. Se utilizó un diseño cuantitativo de tipo no experimental y transeccional, dado que se trabajó con dos variables en un periodo específico. La muestra estuvo constituida por 85 directivos pertenecientes a 20 centros educativos públicos de la región de Arica-Chile, empleándose un cuestionario tipo Likert con diversos reactivos de respuestas. Los hallazgos obtenidos mostraron un sólido compromiso institucional con la inclusión y la convivencia escolar. Se evidencian avances significativos gracias al fomento de un clima positivo, la participación activa de familias y estudiantes en la toma de decisiones, y la resolución pacífica de conflictos. La implementación de reglamentos, protocolos de acogida y enfoques participativos asegura procesos transparentes, accesibles y alineados con normativas nacionales, promoviendo la equidad y el respeto a la diversidad cultural.

PALABRAS CLAVE: Convivencia. Inclusión. Estudiantes. Extranjeros.

ABSTRACT: The article aims to determine the relationship between coexistence and the inclusion of foreign students in public education schools in the Arica-Chile region. A non-experimental and transectional quantitative design was used, since two variables were worked on in a specific period. The sample was made up of 85 managers belonging to 20 public educational centers in the Arica-Chile region, using a Likert-type questionnaire with various response items. The findings obtained showed a solid institutional commitment to inclusion and school coexistence. Significant progress is evident thanks to the promotion of a positive climate, the active participation of families and students in decision-making, and the peaceful resolution of conflicts. The implementation of regulations, reception protocols and participatory approaches ensures transparent, accessible processes aligned with national regulations, promoting equity and respect for cultural diversity.

KEYWORDS: Coexistence. Even. Alunos. Strangers.

Introdução

O nível de qualidade educacional está intimamente ligado ao desempenho da gestão realizada pelos diretores, que devem possuir um conjunto de habilidades pessoais, profissionais e administrativas que lhes permitam atingir os objetivos e metas propostos. É fundamental que a gestão nos centros educativos seja realizada de forma eficiente e eficaz, de forma a responder adequadamente aos diversos desafios e situações que surgem diariamente dentro do estabelecimento.

De acordo com Valdiviezo (2018) no campo da educação, mudanças e inovações ocorreram, mas a administração educacional não ajustou suas estruturas o suficiente para ser mais eficiente e enfrentar com sucesso as demandas e desafios atuais. Em suma, a gestão educacional deve se adaptar às inovações emergentes para otimizar sua eficiência à medida que os tempos evoluem.

Portanto, a gestão educacional implica a capacidade das escolas de estruturar e orientar seus recursos, processos e decisões, mas muitas vezes enfrenta dificuldades para melhorar os processos de ensino-aprendizagem e alcançar uma formação integral para todos os alunos que atendem (Córica, 2020). Em outras palavras, as organizações educacionais muitas vezes encontram obstáculos para manter recursos, procedimentos e liderança adequados, o que afeta a otimização dos processos administrativos, acadêmicos e relacionados à comunidade escolar.

A este respeito, San Martín *et al.* (2020), afirma que as mudanças nos processos sociais e educacionais no mundo têm levado os sistemas educacionais a repensar abordagens e estratégias em relação à inclusão educacional. Em outras palavras, na América Latina tem sido necessário promover medidas que promovam a educação inclusiva. Além disso, o mesmo autor aponta que "a partir da década de 1990, a inclusão educacional não se concentrou apenas no acesso, mas também passou a exigir a geração de processos de aprendizagem de qualidade e a promoção da participação ativa dos alunos nas escolas" (p. 194).

De fato, a educação inclusiva começou a se consolidar na década de 1990, transformando a perspectiva de como a inclusão deve ser abordada. Durante esse período, novos métodos foram desenvolvidos para que os alunos participassem mais ativamente de seus processos de aprendizagem. A verdadeira inclusão educacional implica oferecer a cada aluno uma oportunidade genuína de aprender individualmente, enfrentando as desigualdades que afetam esse processo e valorizando as particularidades de cada criança e adolescente.

Consequentemente, junto com o impulso para a inclusão educacional, há também um aumento no fenômeno das migrações. Desde os tempos antigos, as pessoas estão em

movimento, seja em busca de oportunidades econômicas, para se reunir com familiares ou para fins educacionais. A migração "é definida como o movimento de qualquer pessoa através de uma fronteira internacional ou dentro de um país, fora de seu local de residência habitual" (Organização Internacional para as Migrações, OIM, 2018, p. 3).

A migração tem sido uma constante ao longo da história, representando a disposição das pessoas em superar desafios e buscar melhores condições de vida. Hoje, em um contexto globalizado marcado por rápidos avanços na tecnologia, comunicação e transporte, o desejo e a possibilidade de se mudar para outros lugares aumentaram consideravelmente. Por isso, os movimentos migratórios desempenham um papel fundamental nas mudanças sociais, econômicas, culturais e educacionais.

No caso do Chile, o fenômeno migratório aumentou, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística do Chile (INE, 2018):

De acordo com o último censo realizado em 2017, 746.465 pessoas declararam ter nascido no exterior e residir no Chile, o que representa 4,4% da população total do país. Além disso, no final de 2019, o total da população estrangeira atingiu 1.492.522, com um aumento de 242.157 pessoas e um aumento relativo de 19,4% em relação a 2018 (p. 14).

Em relação às implicações mencionadas acima, há um notável aumento de estudantes estrangeiros no sistema educacional chileno, especialmente nas cidades da Região Metropolitana, Antofagasta, Tarapacá e Valparaíso, sendo a maioria desses alunos originários da Venezuela. Devido a essa situação, o Ministério da Educação do Chile promoveu uma transformação educacional que considera a formação como um direito social que deve ser garantido a todos os alunos, inclusive aqueles que vêm de outros países.

No entanto, as escolas públicas correspondentes na região de Arica expressaram, por meio de conversas informais com diretores, que a inclusão de alunos estrangeiros nos centros educacionais representou um desafio. Isso se deve à falta de informações necessárias relacionadas às necessidades e benefícios desses alunos. A chegada massiva de estudantes imigrantes às instituições de ensino tem gerado uma série de desafios ao nível da gestão educativa, adaptação ao currículo, prática pedagógica, aplicação de regras de convivência, regulamentos, protocolos de acolhimento, entre outras circunstâncias, para as quais não foram preparados ou educados para serem formados. Isso levou à abordagem de uma pesquisa que tem como objetivo geral determinar a relação entre a convivência e a inclusão de estudantes estrangeiros em escolas públicas da região de Arica-Chile.

Aspectos Teóricos

Coexistência, visão geral

A convivência engloba as interações e conexões que surgem entre os membros da instituição, englobando os modos de convivência em todas as atividades cotidianas da escola. Isso inclui a relação acadêmica entre educadores e alunos, o gerenciamento de situações de conflito, a formação de laços de amizade e interações de trabalho. Portanto, promover a convivência positiva é uma responsabilidade compartilhada por todos os envolvidos.

Nessa perspectiva, Mercedes (2019) "a convivência é caracterizada pela interação entre duas ou mais pessoas que mantêm relações diferentes, com a intervenção constante de terceiros e sujeitas a mudanças contínuas em suas dinâmicas" (p. 11). Implica a convivência de diversos indivíduos em suas relações, sempre com a presença de outros atores e vivenciando constantes transformações em suas interações. Em outras palavras, a coexistência se concentra no agrupamento de ações, comportamentos, ideias, emoções e impressões que distinguem um indivíduo ou grupo dos outros. De fato, para participar de uma coletividade e nos relacionar com os outros, é necessário reconsiderar como pensamos, agimos e sentimos.

Por sua vez, Rodríguez (2021) indica que a coexistência pode ser entendida como o conjunto de comportamentos, pensamentos, emoções, impressões e ações de uma pessoa ou grupo que lhe conferem uma identidade única em relação aos outros. Para participar de uma comunidade e se relacionar com ela, é fundamental refletir, agir e sentir de forma coerente com os objetivos e particularidades do ambiente ao qual se pertence. Nesse sentido, o estudo da convivência se concentra principalmente nas trocas que ocorrem dentro dos processos sociais.

No campo educacional, a convivência se apresenta como um fenômeno com implicações sociais, pedagógicas e psicológicas, intimamente ligado aos acontecimentos que surgem durante o processo didático e nos espaços onde ocorre a formação dos envolvidos. Isso implica que, no contexto escolar, a convivência engloba diversas ações no âmbito educacional e pedagógico. Também destaca uma variedade de interações humanas que ocorrem na instituição educacional, envolvendo alunos, professores, diretores e outros membros da comunidade educacional.

De acordo com o Ministério da Educação do Chile (MINEDUC, 2018), a convivência engloba "políticas, procedimentos e práticas voltadas para a promoção do desenvolvimento pessoal e social, incluindo aspectos espirituais, éticos, morais, afetivos e físicos, de acordo com o Projeto Educacional de cada instituição e o currículo vigente" (p. 98). Esse órgão estabelece

diretrizes gerais para promover a convivência adequada entre os membros da escola, por meio de processos e métodos que visam fortalecer os valores, a ética e as emoções dos alunos. Essas diretrizes serão aplicadas por meio do planejamento do Projeto Educacional Institucional de cada escola.

Inclusão de estudantes estrangeiros. Visão retrospectiva

A educação inclusiva, segundo Brito *et al.* (2019) é considerado "um movimento que busca ampliar a perspectiva do sistema educacional examinando o inegável direito à educação e reconhecendo o valor da diversidade estudantil" (p. 152). Este direito universal, estabelecido na Declaração de Salamanca da UNESCO em 1994, sublinha a importância de garantir a educação para todos, respeitando e valorizando a diversidade dos alunos a nível global. Em síntese, a educação inclusiva visa ampliar a visão educacional, garantindo o direito à educação e o reconhecimento da riqueza que a diversidade dos alunos traz.

Nesse sentido, Simbaña (2019) apontou que a inclusão educacional é definida por um perfil que destaca a acessibilidade, ou seja, que nenhum estabelecimento de ensino deve criar obstáculos à educação e que as instituições estão devidamente preparadas e equipadas para oferecer educação inclusiva. Em outras palavras, a inclusão educacional está relacionada a um ambiente em que a acessibilidade garante que todas as pessoas tenham a oportunidade de acessar um centro educacional sem enfrentar barreiras ou obstáculos.

Nesse contexto, o MINEDUC (2018) "destaca que o aumento da matrícula de estudantes estrangeiros no sistema educacional chileno levou o Ministério da Educação, em 2017, a fazer algumas modificações no Sistema Geral de Informação do Aluno (SIGE)" (p. 32). O autor ressalta ainda que essas alterações foram implementadas para atender aos Decretos nº 894 e nº 329, que estabelecem conhecimentos sobre o ingresso, permanência e exercício dos direitos educacionais de crianças, jovens e adultos estrangeiros que não tenham sua situação migratória regularizada.

Ao mesmo tempo, o mesmo autor introduz o conceito de "Identificador de Cláusula Escolar (IPE) que permite que estrangeiros que desejam ingressar no sistema educacional chileno e não possuem carteira de identidade obtenham uma matrícula independentemente de seu status migratório" (p. 29). Esta condição provisória do identificador baseia-se na certificação de estudos preliminares, que estabelece as disciplinas mais relevantes para cada aluno.

Metodologia

O percurso metodológico centrou-se na abordagem quantitativa em um tipo básico de pesquisa, com desenho correlacional e não experimental (Hernández-Sampieri & Mendoza, 2018). Ao mesmo tempo, foi gerenciada uma população que é um conjunto definido e permanente de elementos que compartilham características comuns e que se encontram em um ambiente específico, o que permite que sejam analisados pelos pesquisadores. Nesse contexto, a população considerada neste estudo foi composta por 85 diretores pertencentes a 20 escolas públicas da região de Arica, Chile. Da mesma forma, foi utilizada como técnica de survey e como instrumento um questionário sob a escala do tipo Likert com diversas alternativas de resposta (Vivas et al., 2022). Os dados fornecidos foram com o consentimento de todos os diretores das escolas envolvidas. Da mesma forma, o questionário foi validado por agentes especiais e o Alfa de Cronbach foi aplicado para sua confiabilidade. Os dados foram processados com o uso de estatística descritiva.

Resultados e Discussão

Os resultados obtidos foram realizados da seguinte forma: o instrumento foi aplicado aos diretores de 20 escolas públicas da região de Arica-Chile. Posteriormente, os dados obtidos foram organizados em uma planilha para sua correspondente análise. Ao mesmo tempo, a introdução foi estruturada com base nos achados mais relevantes identificados nas referências consultadas.

Uma vez coletados, os dados foram tabulados, destacando-se as características específicas da unidade de estudo e os elementos que a ela. Para o processamento dos resultados, foi utilizado o software estatístico SPSS v.12, o que permitiu que as informações fossem analisadas e apresentadas por meio de tabelas. Esses resultados, fundamentais para a análise, foram gerados diretamente da amostra e forneceram conclusões estatisticamente significativas. Esse procedimento foi um elemento-chave no desenvolvimento deste estudo.

Tabela 1 - Variável: Convivência e indicadores Clima escolar, participação, convivência escolar

Alternativas Item	% Concordo plenamente	% Concordo	%Não concordo nem discordo	% Discordo	% Discordo totalmente
Indicador: clima escolar 1. Quando surgem problemas relacionados à inclusão na instituição de ensino, evidencia-se o interesse em enfrentá-los, promovendo a criação de um clima escolar adequado e favorável para todos.	55,0	30,0	6,0	9,0	0,0
2. Um clima escolar positivo é fomentado na escola, promovendo a liberdade e a honestidade entre os alunos, sem fazer distinções com base em sua nacionalidade.	46,0	33,0	5,0	16,0	0,0
Média	50,5	31,5	5,5	12,5	0,0
Indicador: participação 3. Alunos e pais participam ativamente da tomada de decisões relacionadas à melhoria da instituição de ensino, contribuindo com suas perspectivas e propostas para promover um ambiente mais inclusivo e eficiente.	60,0	27,0	5,0	8,0	0,0
4. Nas reuniões de trabalho, os professores incentivam a participação ativa dos alunos e pais, garantindo que todas as opiniões sejam respeitadas e valorizadas, independentemente da sua nacionalidade.	56,0	32,0	5,0	7,0	0,0
Média	58,0	29,5	5,0	7,5	0,0
Indicador: Convivência escolar 5. O corpo docente promove acordos e soluções pacíficas para resolver conflitos na comunidade educacional, com foco na inclusão e bem-estar dos estudantes estrangeiros.	60,0	25,0	6,0	9,0	0,0
6. Promove-se um clima escolar que responda às necessidades e interesses dos estudantes estrangeiros, garantindo um ambiente inclusivo e respeitoso que facilite a sua integração e participação ativa na comunidade educativa.	52,0	33,0	4,0	11,0	0,0
Média	56,0	29,0	5,0	10,0	0,0

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os resultados apresentados na Tabela 1 permitem identificar a percepção dos participantes sobre aspectos relacionados à inclusão, participação ativa e promoção de um clima escolar adequado para os alunos estrangeiros. Em relação ao indicador de clima escolar, uma média total de 82,0% dos participantes manifestou **Concordo Totalmente e Concordo** que a instituição demonstra interesse em abordar as questões de inclusão, refletindo um compromisso significativo com a criação de um ambiente escolar inclusivo. Isso leva à inferência de que os diretores das instituições estudadas estão preocupados em abordar os problemas de inclusão; acesso a um compromisso significativo da comunidade educativa para a promoção de um ambiente inclusivo. Esse alto nível de concordância sugere que os esforços para integrar todos os alunos, independentemente de suas diferenças, estão gerando percepções positivas entre os envolvidos.

Em relação ao indicador de participação, uma média total de 87,5% dos diretores indicou que concordam e concordam fortemente que alunos e pais participem ativamente da tomada de decisões relacionadas à melhoria da instituição de ensino, contribuindo com suas perspectivas e propostas para promover um ambiente mais inclusivo e eficiente. Além disso, nas reuniões de trabalho, os professores incentivam a participação ativa dos alunos e pais, garantindo que todas as opiniões sejam respeitadas e valorizadas, independentemente de sua nacionalidade. Isso permite inferir que há uma abordagem inclusiva e colaborativa na gestão educacional. O grau de participação reflete um compromisso institucional em promover espaços onde as vozes dos diferentes atores da comunidade escolar sejam ouvidas e valorizadas.

No indicador de convivência escolar, uma média total de 85% dos entrevistados afirmou concordar e concordar fortemente que a equipe gestora promova acordos e soluções pacíficas para resolver conflitos na comunidade educacional, com foco na inclusão e bem-estar dos alunos estrangeiros; promover um clima escolar que responda às necessidades e interesses dos alunos estrangeiros; garantir um ambiente inclusivo e respeitoso que facilite sua integração e participação ativa na comunidade educativa. Isso permite inferir que os gestores adotam uma abordagem proativa em situações de conflito por meio da mediação entre as partes envolvidas, buscando gerenciar os processos de forma mais segura e eficaz. Além disso, focam no fortalecimento dos canais de comunicação e na participação contínua com os pais e responsáveis, a fim de envolvê-los ativamente nos processos educativos dos alunos, garantindo assim uma colaboração constante e significativa no desenvolvimento acadêmico e formativo dos alunos.

Tabela 2 - Variável: inclusão de estudantes estrangeiros e indicadores protocolo de recepção, convivência e normas de ingresso

Alternativas	% Concordo plenamente	% Concordo	%Não concordo nem discordo	% Discordo	% Discordo totalmente
Item					
Indicador: protocolo de recepção 7. É mantido informado sobre os protocolos de recepção implementados no Chile para favorecer a inclusão de estudantes estrangeiros.	87,0	13,0	0,0	0,0	0,0
8. Desenhar estratégias específicas no âmbito do Projeto Educativo Institucional que abordem os protocolos de acolhimento para garantir a inclusão de estudantes estrangeiros no estabelecimento de ensino.	10,0	90,0	0,0	0,0	0,0
Média	50,5	31,5	5,5	0,0	0,0
Indicador: regras de convivência 9. O Regulamento de Convivência da instituição estabelece os regulamentos e protocolos que estão de acordo com os direitos e livres de preconceitos.	13,0	87,0	0,0	0,0	0,0
10. A aplicação dos regulamentos de coexistência tem sido benéfica para os estabelecimentos de ensino.	16,0	84,0	0,0	0,0	0,0
Média	58,0	29,5	0,0	0,0	0,0
Indicador: Renda 11. A instituição possui regulamentos específicos para regular a admissão de estudantes estrangeiros.	88,0	12,0	0,0	0,0	0,0
12. A instituição rege-se pelos regulamentos estabelecidos no Regulamento Escolar para a inscrição de estudantes estrangeiros.	91,0	9,0	0,0	0,0	0,0
Média	89,5	10,5	0,0	0,0	0,0

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Tabela 2 mostra a variável inclusão de estudantes estrangeiros, no que diz respeito ao indicador do protocolo de acolhimento, 100% dos respondentes responderam nas categorias Concordo Totalmente e Concordo, são mantidos informados sobre os protocolos de acolhimento implementados no Chile para promover a inclusão de estudantes estrangeiros e são elaboradas estratégias específicas dentro do Projeto Educacional Institucional que abordam os protocolos de acolhimento para garantir a inclusão dos alunos estrangeiros no

estabelecimento de ensino. Isso leva à conclusão de que os líderes da instituição implementam um conjunto de estratégias de acolhimento que estão alinhadas com as normas vigentes, demonstrando um firme compromisso com o respeito às necessidades individuais e ao bem-estar de cada aluno estrangeiro na escola. Essas ações não apenas atendem aos requisitos legais, mas também refletem um atendimento personalizado, garantindo que cada aluno se sinta valorizado e apoiado durante seu processo de integração.

No indicador regulamentos de convivência, 100% dos conselheiros indicaram na alternativa Concordo e Concordo Plenamente que o Regulamento de Convivência da instituição estabelece os regulamentos e protocolos ajustados a direitos e livres de preconceitos; bem como sua implementação tem sido benéfica para os centros educacionais. Deduz-se isso para inferir que as regras de convivência da instituição obedecem a regulamentos e protocolos que respeitam os direitos dos escolares, sem preconceitos. Essa unanimidade sugere um consenso geral entre os diretores sobre a importância de garantir um ambiente escolar justo e inclusivo.

Paralelamente, no indicador de admissão, 100% dos respondentes responderam na categoria Concordo Totalmente e Concordo, a instituição possui regulamentos específicos para regular o ingresso de estudantes estrangeiros e rege-se pelos regulamentos estabelecidos no Regulamento Escolar para a matrícula de estudantes estrangeiros. Isso é interpretado como as escolas da instituição com regulamentos específicos destinados a regular a entrada de estudantes estrangeiros. Isso mostra que o estabelecimento possui uma abordagem organizada e estruturada para garantir o acesso equitativo e de acordo com as particularidades desse grupo de estudantes, mantendo uma abordagem organizada e estruturada para garantir o acesso equitativo e de acordo com as particularidades desse grupo de estudantes.

Ao analisar os dados estatísticos obtidos quanto à variável convivência e indicadores clima escolar, participação e convivência escolar, evidencia-se um sólido compromisso institucional com a inclusão, participação ativa e convivência escolar. A promoção de um clima positivo, a participação de alunos e famílias na tomada de decisões e a resolução pacífica de conflitos mostram avanços significativos na construção de um ambiente educacional inclusivo e respeitoso. Esses esforços contribuem diretamente para o desenvolvimento holístico dos alunos. Essas derivações são apoiadas pelo estudo de Hernández e Ainscow (2018), quando afirmam que a criação de ambientes inclusivos promove a igualdade e o respeito nas escolas, refletindo políticas alinhadas aos direitos humanos. Além disso, destaca-se que a participação ativa das famílias e dos alunos fortalece a tomada de decisão inclusiva. Além disso, Gutiérrez

e Sánchez (2022) um clima escolar positivo, livre de preconceitos, promove a integração efetiva de alunos de várias nacionalidades. Essas perspectivas reforçam a importância da implementação de estratégias inclusivas para garantir o desenvolvimento holístico de todos os alunos.

Enquanto os achados obtidos no indicador de participação exigem uma alta valorização e comprometimento por parte dos alunos, pais e professores no processo de tomada de decisão dentro da instituição de ensino. Isso é reforçado pela indagação de Romero (2023), onde afirma que a participação ativa de atores e autores está vinculada a uma concepção compartilhada de responsabilidade educativa e à busca de melhorias na qualidade do ensino; destacando a colaboração entre famílias e escolas que fomentam o sentimento de pertencimento e corresponsabilidade, favorecendo decisões mais inclusivas e eficazes.

No que diz respeito ao indicador de convivência escolar, é necessário promover soluções pacíficas para a resolução de conflitos com uma abordagem inclusiva, sugerindo um ambiente educacional que priorize o bem-estar integral e a integração ativa dos alunos estrangeiros. Esse nível de concordância evidencia uma gestão efetiva da convivência escolar, voltada para valores como respeito, equidade e aceitação da diversidade cultural. Isso é sustentado por Yévenes (2024) quando destaca que a implementação de mediadores culturais nas escolas contribui para prevenir conflitos e promover a convivência a partir da aceitação da diversidade cultural, fortalecendo valores como respeito e equidade. Essa abordagem melhora o clima escolar e promove relações interculturais positivas.

Em síntese, a variável de coexistência em que estão envolvidos os indicadores clima escolar, participação e convivência escolar, evidencia-se um progresso significativo graças à promoção de um clima positivo, à participação ativa das famílias e dos alunos na tomada de decisões e à resolução pacífica de conflitos. Vélez-Miranda et al. (2020) destacam que ambientes inclusivos promovem igualdade e respeito, assim como um clima escolar livre de preconceitos facilita a integração cultural. Essas estratégias reforçam o desenvolvimento integral e a coesão social nas comunidades educacionais.

As evidências encontradas na variável inclusão de estudantes estrangeiros, no indicador protocolo de acolhimento, refletiram um panorama animador em termos de inclusão de estudantes estrangeiros no estabelecimento de ensino. A implementação de protocolos claros e sua integração no IEP garantem um ambiente não apenas inclusivo, mas também alinhado com as regulamentações nacionais. Isso pode servir como uma base sólida para o desenvolvimento de políticas e estratégias que fortaleçam a interculturalidade e a coesão social no ambiente

escolar. Essa análise é apoiada pela pesquisa de Valdés et al. (2022), quando destacam que os protocolos de acolhimento são essenciais para o sucesso das políticas inclusivas. Esses protocolos incluem medidas como entrevistas iniciais com os alunos e suas famílias, apoio emocional e acadêmico e atividades interculturais que incentivam a interação e o respeito mútuo. Na Espanha, por exemplo, os planos de acolhimento consideram o envolvimento de mediadores interculturais e atividades que permitam o intercâmbio cultural, reforçando o aprendizado mútuo entre estudantes locais e estrangeiros.

O indicador correspondente aos regulamentos de convivência, os diretores revelaram um aspecto bastante positivo ao considerar que o regulamento representa uma ferramenta fundamental para promover uma convivência escolar saudável, inclusiva e ajustada aos direitos de todos os atores educacionais. Esse nível de aprovação e consenso fortalece sua legitimidade e garante que sua aplicação seja consistente, contribuindo para um clima escolar harmonioso e livre de preconceitos. Além disso, a implementação bem-sucedida pode servir de modelo para outras instituições interessadas em desenvolver regulamentações inclusivas e eficazes. Essas descobertas são apoiadas pelo estudo de Moreno (2023): regulamentações que integram princípios de equidade, respeito e diversidade cultural contribuem significativamente para o desenvolvimento de ambientes harmoniosos e o bem-estar integral de alunos e professores. Essas regulamentações, quando aplicadas com coerência e consenso, não apenas fortalecem a convivência, mas também servem como modelo replicável para outras instituições interessadas em promover a inclusão e a justiça educacional.

O regulamento deve ser parte ativa do Projeto Educativo Institucional (PEI), garantindo o seu alinhamento com as regulamentações nacionais e refletindo as necessidades da comunidade escolar. Essa abordagem permite que as políticas institucionais sejam traduzidas em práticas efetivas que reforcem a coesão social e o sentimento de pertencimento de todos os atores educacionais.

No que diz respeito ao indicador de renda, é necessário um aspecto positivo com a implementação de regulamentos alinhados com o marco regulatório nacional para a admissão de estudantes estrangeiros. Essa abordagem promove a equidade e facilita a inclusão dos alunos no contexto escolar, garantindo que os processos de matrícula sejam transparentes, acessíveis e respeitosos com a diversidade cultural. A unanimidade dos entrevistados reforça a percepção positiva e garante uma base sólida para fortalecer ainda mais esses processos. Este resultado é apoiado pelo Ministério da Educação do Chile (MINEDUC, 2018) quando aponta que as regulamentações alinhadas com as regulamentações nacionais são uma ferramenta fundamental

para garantir a equidade na admissão de estudantes estrangeiros. Ao promover processos claros que respeitem a diversidade cultural, essas políticas garantem o acesso universal à educação e reforçam um ambiente inclusivo. De acordo com a Política Nacional de Inclusão Educacional do Chile, essas medidas fortalecem a coesão social e promovem o respeito mútuo em diversas comunidades escolares, em sua aplicação gera legitimidade e confiança nos atores educacionais.

Em síntese, os achados refletem um sólido compromisso institucional com a convivência escolar inclusiva. A implementação de regulamentos, protocolos de acolhimento e abordagens participativas garante processos transparentes, acessíveis e alinhados com as regulamentações nacionais, promovendo a equidade e o respeito à diversidade cultural. Esses esforços não apenas fortalecem o bem-estar integral de alunos e professores, mas também consolidam a coesão social e o sentimento de pertencimento. Estudos atuais sustentam a importância dessas estratégias, destacando seu impacto positivo na justiça educacional e na convivência intercultural.

REFERÊNCIAS

- BRITO, S.; PORRAS, L.; OCHOA, L. Inclusión Social/Educativa, en Clave de Educación Superior. **Revista Latinoamericana de Educación Inclusiva**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 123-143, 2019. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-73782019000200157&lang=pt. Acesso em: 12 dez. 2024.
- CÓRICA, J. Resistencia docente al cambio: Caracterización y estrategias para un problema no resuelto. **RIED. Revista Iberoamericana de Educación a Distancia**, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 255-272, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3314/331463171013/html/>. Acesso em: 12 dez. 2024.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS. Características de la inmigración internacional en Chile. **Censo 2017**. Santiago: Instituto Nacional de Estadísticas, 2018. Disponível em: <https://www.censo2017.cl/descargas/inmigracion/181123-documento-migracion.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2024.
- GUTIÉRREZ, E.; SÁNCHEZ, A. Clima escolar y trabajo colegiado en una modalidad virtual en una institución educativa pública. **Revista de Estudios y Experiencias en Educación**, [S. l.], v. 21, n. 45, p. 168-182, 2022. DOI: 10.21703/0718-5162.v21.n45.2022.009.
- HERNÁNDEZ, A.; AINSWORTH. Equidad e inclusión: Retos y progresos de la escuela del siglo XXI. **Revista RETOS XXI**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 13-22, 2018. DOI: 10.33412/retosxi.v2.1.2056.

HERNÁNDEZ-SAMPIERI, R.; MENDOZA, CH. Metodología de la investigación: Las rutas cuantitativa, cualitativa y mixta. **McGraw Hill Education**, 2018. Disponível em: http://www.biblioteca.cij.gob.mx/Archivos/Materiales_de_consulta/Drogas_de_Abuso/Articulos/SampieriLasRutas.pdf. Acesso em: 12 dez. 2024.

LÓPEZ, R. **Un estudio sobre la situación de la educación inclusiva en centros educativos desde la percepción de la comunidad educativa**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidad Nacional de Educación a Distancia-España. Repositório Institucional UNED. Disponível em: http://e-spacio.uned.es/fez/eserv/tesisuned:ED-Pg-Educac-Rlopez/LOPEZ_AZUAGA__Rafael_Tesis.pdf. Acesso em: 12 dez. 2024.

VIVAS, A.; MARTÍNEZ, M.; SOLÍS, D. Gestión de la Administración Escolar en el Desarrollo de Actividades Académicas: Mirada en Tiempos de Pandemia. **Revista Scientific**, [S. l.], v. 5, n. 18, p. 24-45, 2022. Disponível em: http://www.indteca.com/ojs/index.php/Revista_Scientific/article/view/477/1186. Acesso em: 12 dez. 2024.

MERCEDES, J. **Evaluación de la Convivencia Escolar en los Centros Educativos de Santo Domingo (República Dominicana)**. 2019. Tese (Doutorado) – Universidad de Oviedo. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/tesis?codigo=136498>. Acesso em: 12 dez. 2024.

MORENO, D. Clima Escolar Como Factor De Calidad Educativa. **Praxis Pedagógica**, [S. l.], v. 23, n. 35, p. 98–119, 2023. DOI: 10.26620/uniminuto.praxis.23.35.2023.98-119.

MINISTERIO DE EDUCACIÓN DE CHILE (MINEDUC). **Política Nacional De Estudiantes Extranjeros 2018-2022**. Santiago: Ministério de Educación de Chile, 2018. Disponível em: <https://www.mineduc.cl/wp-content/uploads/sites/19/2018/05/politicanacionalmigrantes.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2024.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LA MIGRACIÓN. **Sobre la Migración**. 2018. Disponível em: <https://www.iom.int/es/migration/sobre-la-migracion>. Acesso em: 12 dez. 2024.

RODRÍGUEZ-FIGUEROA, H. Convivencia Escolar: Revisión del Concepto a Partir de Dos Estudios de Caso. **Sinética**, [S. l.], v. 57, e1272, 2021. DOI: 10.31391/s2007-7033(2021)0057-003.

ROMERO, C. **Democracia y Educación Escolar**: Concepciones de Estudiantes, Docentes y Directivos de Escuelas Argentinas a 40 Años de la Recuperación Democrática. 2023. Documento de Trabalho – Universidad Torcuato Di Tella. Disponível em: <https://repositorio.utdt.edu/handle/20.500.13098/12887>. Acesso em: 12 dez. 2024.

SAN MARTÍN, C.; ROGERS, P.; TRONCOSO, C.; ROJAS, R. Camino a la Educación Inclusiva: Barreras y Facilitadores para las Culturas, Políticas y Prácticas Desde la Voz

Docente. **Revista Latinoamericana de Educación Inclusiva**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 191-211, 2020. DOI: 10.4067/S0718-73782020000200191.

SIMBAÑA, L. **La Inclusión Educativa Implementada En Los Distintos Ambientes Escolares Por Los Docentes En La Unidad Educativa Computer World De La Parroquia Tumbaco, Cantón Quito, En El Periodo Escolar 2016–2017**. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidad Andina Simón Bolívar, Ecuador. Disponível em: <https://repositorio.uasb.edu.ec/bitstream/10644/6247/1/T2676-Mie-Simbaña-La%20inclusión.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2024.

VALDÉS, R.; JIMÉNEZ, F.; HERNÁNDEZ, M.; CATALÁN, R.; POBLETE, R.; ABETT DE LA TORRE, P. Contribuciones y Limitaciones de los Protocolos de Acogida para Estudiantes Extranjeros: Recomendaciones para su Mejoramiento. **Psicoperspectivas**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 29-41, 2022. DOI: 10.5027/psicoperspectivas-vol.21-issue1-fulltext-2334.

VALDIVIEZO, S. **Caracterización de la Gestión Educativa y Propuesta de un Modelo de Gerencia Educativa Estratégica para las Instituciones del Nivel Inicial**. 2018. Tese (Doutorado) – Universidad César Vallejo, Perú. Disponível em: https://repositorio.ucv.edu.pe/bitstream/handle/20.500.12692/28870/valdiviezo_msdlm.pdf?sequence=1&isallowed=y. Acesso em: 12 dez. 2024.

VÉLEZ-MIRANDA, M.; SAN ANDRÉS, E.; PAZMIÑO-CAMPUZANO, M. Inclusión y su Importancia en las Instituciones Educativas Desde los Mecanismos de Integración del Alumnado. **Revista Arbitrada Interdisciplinaria Koinonía**, [S. l.], v. 5, n. 9, p. 5–27, 2020. DOI: 10.35381/r.k.v5i9.554.

YÉVENES, C. Estudios Sobre Convivencia Escolar en Chile en los Últimos 10 Años. **Revista Reflexión e Investigación Educacional**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 1–15, 2024. DOI: 10.22320/reined.v6i1.6459.